



ACÓRDÃO Nº 57/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1562/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, Presidente e Ordenadora de Despesa, à época.
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3644/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 2200/2203).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação. Autorização.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a prestação de contas da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR, de responsabilidade da **Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva**, referente ao exercício de 2014, nos termos do art. 22, III, “c” e “d” da Lei nº 2.423/1996, face à existência de despesas não comprovadas relativas ao Contrato nº 06/2014, bem como das demais impropriedades elencadas e não sanadas pelo Relator Júlio Cabral;
- 10.2- **Considerar em Alcance**, solidariamente, a **Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva** e a Construtora Oliveira LTDA, no valor de **R\$ 1.898.653,33 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, haja vista a prática



ACÓRDÃO Nº 57/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de ato antieconômico e lesivo aos cofres públicos, pela não comprovação da regular execução das despesas referentes ao Contrato nº 06/2014, nos termos do art. 25, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 190, I e art. 304, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;

- 10.3- Aplicar multa à Sra. Oreni Campêlo da Braga Silva** no valor de **R\$ 43.000,00 (quarenta e três mil reais)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, tendo em vista a prática de atos com grave infração à normal legal e ilegítimos dos quais resultem injustificado dano ao erário, conforme impropriedades não sanadas pelo Relator e as despesas não comprovadas advindas do Contrato nº 06/2014, nos termos do art. 308, V e VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.4- Determinar** que, ultrapassado o prazo de **30 (trinta) dias** para o recolhimento da **multa** imputada à **Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva** e do **alcance** imputado à mesma e à Construtora Oliveira LTDA, admita-se a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa, encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado - PGE, e autorizando, desde já, a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5- Determinar** à AMAZONASTUR que observe com maior rigor o cumprimento da Lei nº 8.666/1993, quanto aos contratos firmados, bem como o Decreto nº 16.396/1994, quanto aos adiantamentos concedidos;
- 10.6- Notificar** a **Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva** e a Construtora Oliveira LTDA, responsáveis pelo Contrato nº 06/2014, com cópias do Parecer Ministerial, do Relatório-Voto e do Acórdão para ciência do decisório;
- 10.7- Autorizar** a imediata remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE, face aos indícios de improbidade



ACÓRDÃO Nº 57/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

administrativa apontados, com fulcro na Lei nº 8.429/1992 c/c art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.8- Determinar** ao órgão competente que, cumprido do Acórdão, proceda ao arquivamento dos autos, nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Vencido o Conselheiro Julio Cabral que votou pela Regularidade das Contas com Ressalvas, e o Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, que o acompanhou.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de fevereiro de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Redator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral